

## **Microrregião Alagoana Sertão do São Francisco: Parceria com governo federal amplia mercado interno**

Adriana Valença de Almeida<sup>1</sup>

Resumo: O presente artigo propõe contribuir para o entendimento da dinâmica econômica regional dos municípios formados pela microrregião do Sertão do São Francisco, a partir do fortalecimento da economia popular. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi conhecer o perfil socioeconômico desses municípios alagoanos. Para a realização da mesma foi feito um levantamento bibliográfico e de dados em instituições oficiais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Evidenciou-se de acordo com os dados levantados que os municípios que compõem a microrregião alagoana do Sertão São Francisco apresentaram melhorias nos índices como IDHM e Índice de Gini, possibilitando mudanças na qualidade de vida.

### **Introdução**

#### **Economia popular: formas de sobrevivência e modos desorganização coletivo-democráticos – uma referência latino-americana**

Própria do contexto latino-americano, que não possui a mesma configuração de Estado social típica da tradição européia, a noção de economia popular é utilizada, na maioria das vezes, para identificar ruma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela “aparición e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginaes das grandes cidades da América latina” (RAZETO,1991). Os biscates ou ocupações autônomas, as microempresas familiares, as empresas associativas ou, ainda, as organizações econômicas populares (OEP), constituem alguns dos exemplos de iniciativas desse universo.

Em se tratando de economia popular, e essa é uma característica fundamental que, a nosso ver, merece ser destacada, o registro da solidariedade permanece a base fundamental sobre a qual se erguem ou, melhor, se desenvolvem as atividades econômicas.

Dito de outro modo, com o conceito de economia popular trata-se, segundo nosso entendimento, da produção e desenvolvimento de atividades econômicas calcadas numa base comunitária, o que implica uma articulação específica entre necessidades (demandas) e saberes (competências) no plano local. Tal dimensão comunitária na ação comunitária, ou essa economia popular, articula-se em alguns casos com o plano institucional. Isso acontece, particularmente, nos casos em que o poder público reconhece o saber popular e tenta apoiá-lo sob a forma de assessoria técnica, que, na prática, muitas vezes acaba funcionando como modo de instrumentalização das experiências populares.

Os desafios em torno desse universo da economia popular tornam-se mais claros no debate em que se contrapõem, de um lado, uma visão que o associa, ou melhor, o reduz à ideia de uma estratégia de sobrevivência – o que significa interpretá-la como amortecedor dos efeitos da crise – e, do outro lado, sua compreensão como motor do desenvolvimento.

Neste sentido, é o próprio debate sobre a noção de desenvolvimento que está em questão. A capacidade que terá essa economia popular para se constituir como um setor ao mesmo tempo autônomo e interdependente relativamente às esferas dominantes (Estado e mercado) está intimamente ligada, a nosso ver, à formulação de uma visão de desenvolvimento que possa se assentar sobre uma concepção plural da economia.

Porém, não nos encontramos exatamente nesse quadro. As concepções dominantes do desenvolvimento, em que a ênfase é posta na centralidade do mercado, privilegiando-se a ideia de crescimento econômico, atribuem a essa economia popular um lugar bastante subordinado na dinâmica socioeconômica mais geral: sua representação é comumente associada à ideia de uma espécie de “economia dos centavos” ou de uma “economia dos pobres”, destituída, portanto, de um alcance transformador maior.

### **Economia Popular: Uma característica presente no estado de Alagoas**

Entendendo-se aqui, contudo, que o desenvolvimento econômico é um processo impulsionado por diversas forças, moldadas pela trajetória histórica regional e pelo comportamento dos diversos agentes econômicos.

A região Nordeste nos últimos dez anos vem experimentando os resultados de ações dessa natureza por parte do governo federal. Vários aportes de investimentos

públicos e privados, além do que, uma série de políticas públicas do governo federal tem contribuído para reduzir os indicadores de desigualdade da região.

De acordo com os autores ROSÁRIO, (2014); JÚNIOR, (2014), os principais impactos percebidos são: o aumento da renda média do nordestino, o aumento do emprego formal, a melhoria no nível de escolaridade da população, a ampliação e facilidade de acesso ao crédito. E tudo isso tem resultado em crescimento do PIB nordestino nos últimos anos, mas com a manutenção histórica da participação no PIB nacional 13% para a região. De toda forma, as mudanças estruturais percebidas têm colocado o Nordeste em uma nova perspectiva de cenário econômico.

Assim como a região Nordeste o estado de Alagoas também apresentou mudanças estruturais conforme destaca ROSÁRIO, (2014); JÚNIOR, (2014), entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, o setor serviço por sua vez, tinha como maior peso o setor público e as empresas estatais. O comércio era basicamente local, com pouca participação de empresas de fora do estado, cuja dinâmica era dependente dos salários do funcionalismo público.

A agroindústria sucroalcooleira, até meados da década de 2000 era o setor mais dinâmico da economia alagoana, mas atualmente é o comércio e os serviços, incluindo o setor público, que vem sustentando boa parte do crescimento do PIB estadual.

De todo modo, as políticas federais de estímulo ao consumo com o aumento da massa salarial, a expansão do crédito e as transferências federais estimularam a entrada de novas empresas no mercado alagoano e isso se refletiu no crescimento da atividade empresarial no estado, aponta ROSÁRIO, (2014); JÚNIOR, (2014).

Para Carvalho (2012) a federalização possibilita a articulação da economia popular, influenciando na mudança de renda, e conseqüentemente o fortalecimento do mercado interno consumidor, “que é a âncora real dos futuros empreendimentos em Alagoas”. (Carvalho, 2012, p. 74). Os repasses do governo federal, por exemplo, através do Bolsa Família que destina mensalmente, 63 milhões de reais a 430 mil famílias alagoanas, bem como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Projovem Adolescente que pagam um valor mensal de R\$ 2,6 milhões a 42 mil famílias de Alagoas que retiram crianças do trabalho ou adolescentes das ruas, colocando-os na escola, além dos programas citados o governo federal atua através de outros programas como:

microcrédito do Banco do Nordeste, com o crédito para agricultura familiar, o PRONAF; o Programa do Leite, que utiliza recursos do Programa Fome Zero; os

recursos para a reforma agrária , implantada pelo Incra; os programas habitacionais da Caixa Econômica Federal, principalmente o Minha Casa, Minha Vida, e o Programa Luz Para Todos, que está colocando eletricidade nas residências de baixa renda. (Carvalho, 2012, p. 78)

Para Carvalho (2012) esses investimentos têm características positivas, pois, chegam às famílias mais pobres e nas localidades mais distantes. São eles que movimentam parte considerável do comércio local e dinamizam a produção da economia popular, as feiras de bairros da capital bem como do interior do Estado têm suas dinâmicas determinadas, em grande parte, por essa renda social.

Por outro lado, mesmo considerando que o número das grandes empresas nos setores de comércio e serviços não seja grande, percebe-se um aumento do emprego nesse tipo de empresa dos setores em questão. Esse fato pode ser explicado pelo crescimento do consumo das famílias no período e que atraiu para Alagoas as maiores redes de supermercados do Brasil, diversas redes de lojas de âmbito nacional, bem como o aumento do número de Centros de Distribuição (CD) de produtos para o interior do Nordeste, grandes hotéis instalados em Maceió, Marechal Deodoro e Maragogi, e shoppings centers em Maceió.

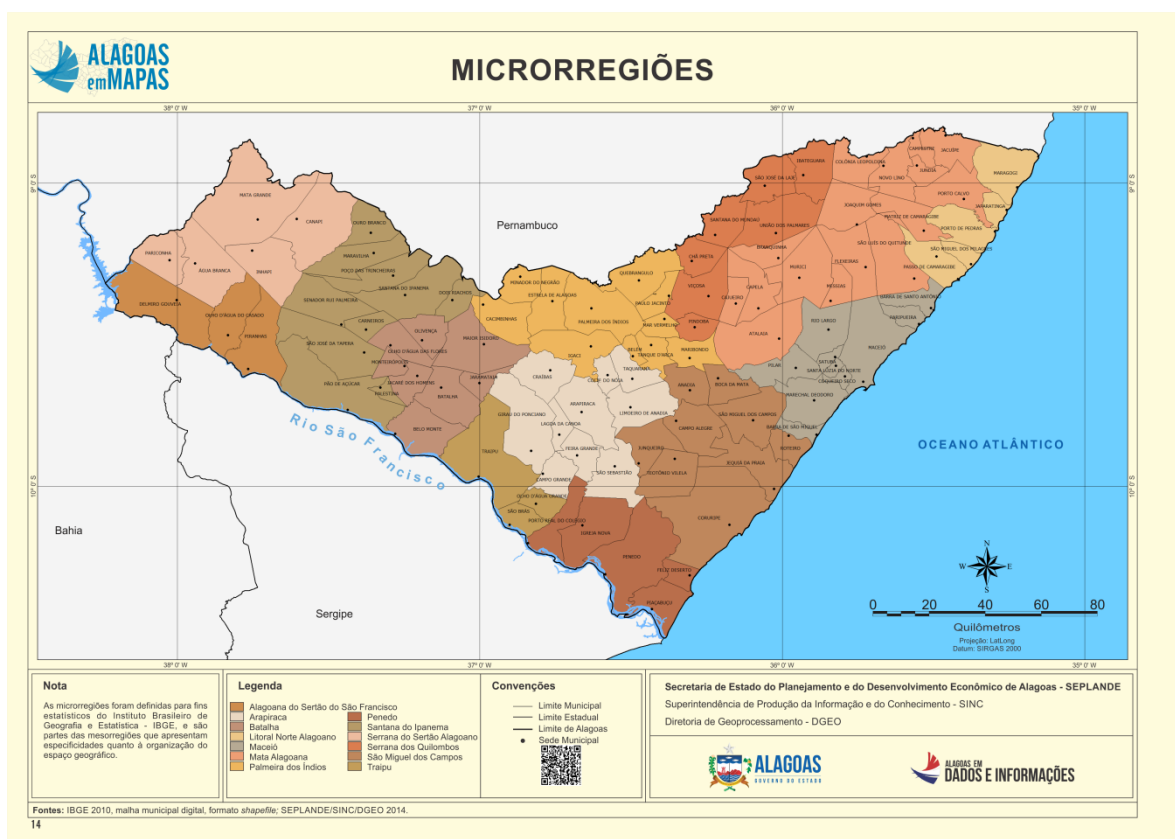
De acordo com Péricles (2012) a agricultura familiar, por sua característica policultora, é responsável por quase toda a produção de arroz, feijão, mandioca e milho do Estado; por mais da metade da produção da pecuária; e por quase toda a horticultura e floricultura, é essa agricultura familiar responsável por 70% do emprego da mão de obra rural em Alagoas. Apesar de enfrentar dificuldades o “campo alagoano vem, lentamente mudando”. Péricles (2012, p. 22).

Para Péricles (2012) a existência e o funcionamento da economia dos bairros periféricos de Maceió, bem como do interior de Alagoas não podem ser compreendidos sem esses elementos fundamentais: “a intervenção pública por meio das políticas sociais e as transferências redistributivas federais”. Péricles (2012, p. 35). Para o autor esse fenômeno é caracterizado como uma economia baseada na renda sem produção.

## **2 Material e Métodos**

### **2.1 Caracterização geral da área de estudo**

O recorte espacial da pesquisa de campo é a Microrregião alagoana do Sertão do São Francisco, onde estão localizados os municípios de Delmiro Gouveia que possui uma área de 606,49 km<sup>2</sup>, uma população de 48.096 habitantes de acordo com o Censo de 2010, e seu ano de instalação 1952. Olho D'água do Casado que possui uma área de 324,54 km<sup>2</sup>, uma população de 8.491 habitantes de acordo com o Censo de 2010, e seu ano de instalação 1962. Piranhas que possui uma área 408,47 km<sup>2</sup>, uma população de 23.045 habitantes de acordo com o Censo de 2010, e seu ano de instalação 1887. Este recorte escolhido é justificado pelo fato de estarem localizados na mesorregião do Sertão Alagoano e totalmente no domínio do clima semiárido.



FONTE: SEPLANE, 2014.

## 2.2 Descrição da Pesquisa

Essa pesquisa se caracteriza enquanto a forma de abordagem é uma pesquisa quantitativa, a qual considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números, opiniões e informações para classificá-los e analisá-los, por meio de técnicas estatísticas. (GIL, 1991). No caso desse estudo foi primeiro realizado um levantamento bibliográfico com base nos aportes teóricos de Genauto Carvalho de França Filho (2002)

que conceitua economia popular e Cícero Péricles (2012), Gustavo Maia Gomes (2011) que discutem a dinâmica da economia alagoana, e apontam os caminhos para fortalecimento da economia regional. Após realização do levantamento bibliográfico foi feito um levantamento de dados socioeconômicos do recorte espacial em estudo referente à década de 1990 até os dias atuais, ou seja, será feita uma comparação de alguns aspectos como: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) e Índice de GINI com foco nas décadas. Para essa coleta de dados foi realizada uma consulta nas seguintes instituições oficiais: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

### 3. Resultados e Discussões

Assim como a região Nordeste o estado de Alagoas apresentou mudanças. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) os municípios em estudo conforme tabela 1 apresentaram melhorias referentes ao ano de 1991 a 2010, apesar de ainda ser considerado um IDHM baixo, esses dados demonstram melhorias e mudanças no padrão de vida da população da microrregião alagoana do Sertão São Francisco.

TABELA 1: IDHM – Municípios da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco.

| Lugar                      | IDHM (1991) | IDHM (2000) | IDHM (2010) |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil                     | 0,493       | 0,612       | 0,727       |
| Alagoas                    | 0,370       | 0,471       | 0,631       |
| Delmiro Gouveia (AL)       | 0,334       | 0,436       | 0,612       |
| Olho D'Água do Casado (AL) | 0,259       | 0,362       | 0,525       |
| Piranhas (AL)              | 0,398       | 0,432       | 0,589       |

FONTE: PNUD, 2016.

De acordo com o PNUD o Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, variade 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. De acordo com a tabela 2, os municípios em estudo apresentaram um Índice de Gini que vem melhorando ao longo dos anos e em 2010 apresentaram uma diminuição significativa da porcentagem da população extremamente pobre e pobre se comparada com os dados de 1991, como pode se observar na tabela 3.

TABELA 2: Índice de GINI – Municípios da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco.

| Lugar                      | Índice de Gini (1991) | Índice de Gini (2000) | Índice de Gini (2010) | Renda per capita (1991) | Renda per capita (2000) | Renda per capita (2010) |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Brasil                     | 0,63                  | 0,64                  | 0,6                   | 447,56                  | 592,46                  | 793,87                  |
| Alagoas                    | 0,63                  | 0,68                  | 0,63                  | 211,98                  | 285,29                  | 432,56                  |
| Delmiro Gouveia (AL)       | 0,52                  | 0,58                  | 0,52                  | 143,2                   | 226,71                  | 332,13                  |
| Olho D'Água do Casado (AL) | 0,63                  | 0,6                   | 0,54                  | 140,74                  | 170,87                  | 211,97                  |
| Piranhas (AL)              | 0,65                  | 0,71                  | 0,6                   | 250,37                  | 257,64                  | 265,96                  |

FONTE: PNUD, 2016.

TABELA 3: Pobreza e desigualdade nos municípios da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco.

| Lugar                      | % de extremamente pobres (1991) | % de extremamente pobres (2000) | % de extremamente pobres (2010) | % de pobres (1991) | % de pobres (2000) | % de pobres (2010) |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Brasil                     | 18,64                           | 12,48                           | 6,62                            | 38,16              | 27,9               | 15,2               |
| Alagoas                    | 36,62                           | 31,95                           | 16,66                           | 65,15              | 56,8               | 34,29              |
| Delmiro Gouveia (AL)       | 37,47                           | 27,23                           | 16,76                           | 68,86              | 53,15              | 33,1               |
| Olho D'Água do Casado (AL) | 52,56                           | 40,18                           | 30,1                            | 79,73              | 56,74              | 52,74              |
| Piranhas (AL)              | 39,46                           | 39,14                           | 31,07                           | 61,89              | 60,37              | 48,72              |

FONTE: PNUD, 2016.

Outro dado relevante que caracteriza melhorias na qualidade de vida são os indicadores de habitação, conforme tabela 4 é possível perceber que houve um aumento significativo na quantidade de domicílios com água encanada e com banheiro e água encanada, o destaque vai para o município de Delmiro Gouveia por apresentar 90,47% dos domicílios com água encanada, ou seja, 32,3% a mais do que em 1991. Apesar de apresentar sempre melhorias nos índices referentes aos indicadores de desempenho, a porcentagem da população em domicílios com banheiro e água encanada em 2010 ainda é inferior à porcentagem apresentada pelo o Brasil, tabela 4. É bem notável a melhoria da porcentagem em todos os municípios em estudo as porcentagens de domicílios apresentam coleta de lixo e energia elétrica, onde é possível perceber que Delmiro Gouveia possui quase totalmente suas residências assistidas por energia elétrica, isso demonstra as

possíveis mudanças no padrão de consumo e mudanças na paisagem sociocultural. O município de Piranhas é quase totalmente assistido por coleta de lixo.

TABELA 4: Indicadores de Habitação - Municípios da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco.

| Lugar                      | % da população em domicílios com água encanada (1991) | % da população em domicílios com água encanada (2000) | % da população em domicílios com água encanada (2010) | % da população em domicílios com banheiro e água encanada (1991) | % da população em domicílios com banheiro e água encanada (2000) | % da população em domicílios com banheiro e água encanada (2010) |
|----------------------------|---|---|---|--|--|--|
| Brasil                     | 71,31   | 81,79   | 92,72   | 66,97  | 76,72  | 87,16  |
| Alagoas                    | 46,51   | 59,91   | 77,56   | 42,3   | 54,99  | 75,64  |
| Delmiro Gouveia (AL)       | 58,17   | 66,09   | 90,47   | 53,73  | 62,58  | 80,85  |
| Olho D'Água do Casado (AL) | 33,96   | 7,99  | 69,65   | 22,45  | 5,42   | 55,06  |
| Piranhas (AL)              | 41,31   | 54,23   | 71,91   | 37,4   | 50,08  | 62,52  |

FONTE: PNUD, 2016.

| Lugar                      | % da população em domicílios com coleta de lixo (1991) | % da população em domicílios com coleta de lixo (2000) | % da população em domicílios com coleta de lixo (2010) | % da população em domicílios com energia elétrica (1991) | % da população em domicílios com energia elétrica (2000) | % da população em domicílios com energia elétrica (2010) |
|----------------------------|--|--|--|--|--|--|
| Brasil                     | 77,93  | 91,12  | 97,02  | 84,84  | 93,46  | 98,58  |
| Alagoas                    | 69,99  | 90,96  | 96,16  | 75,74  | 89,81  | 98,98  |
| Delmiro Gouveia (AL)       | 51,09  | 90,13  | 96,91  | 90,23  | 95,14  | 99,13  |
| Olho D'Água do Casado (AL) | 53,73  | 90,27  | 96,27  | 51,13  | 72,54  | 94,6   |
| Piranhas (AL)              | 43,28  | 98,07  | 98,18  | 56,41  | 79,63  | 95,59  |

FONTE: PNUD, 2016.

#### 4. Considerações Finais

Enfim, percebe-se de acordo com os dados levantados que os municípios da microrregião alagoana do Sertão São Francisco, apresentam uma melhoria no padrão de vida se comparados com os anos anteriores referentes 1991 a 2010, fica evidente com o levantamento bibliográfico realizado que essas mudanças ocorreram devido o repasse do governo federal, ou seja, a dinâmica recente do emprego no estado esteve atrelada aos estímulos da economia promovidos pelo governo federal, isso tem permitido “a ampliação



de um mercado interno e fortalecimento de uma rede de pequenas empresas” (Carvalho, 2012), toda essa dinâmica tem influenciado

## 5. Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento. **Desenvolvimento Econômico – 2007/2012**. Maceió: SEPLANDE, 2013.

ARAÚJO, T. B. **Nordeste no contexto do desenvolvimento regional do Brasil: tendências recentes e perspectivas**. Salvador, Bahia. 2012

ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 1986.

CARVALHO, C. P. de. **Economia Popular: Uma via de modernização para Alagoas**. 4 ed. Maceió: Edufal, 2010.

CARVALHO, C. P. de. **Formação histórica de Alagoas**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2015.

CIDADE BRASIL: **Mesorregião do sertão alagoano**. Disponível em: <http://www.cidade-brasil.com.br/mesorregiao-do-sertao-alagoano.html>. Acesso em 20 de ago. 2015.

DUARTE, A. et al. **Alagoas contemporânea: economia e políticas públicas em perspectiva**. Organização: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas. Maceió: FAPEAL, 2014. 277p.

FILHO, G. C. De. F. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Bahia Análise e Dados. SEI. v. 12. n. 1. P. 9-19. Junho 2002.

PNUD. **Programa das nações unidas para o desenvolvimento**. Disponível em [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). Acesso em 03 de Junho de 2016.

SEPLANDE. **Secretaria do estado do planejamento e desenvolvimento econômico**. Disponível em [www.seplande.org.br](http://www.seplande.org.br). Acesso em 26 de Maio de 2016.

